

Maria Elizabeth Lucas e Sérgio Baptista da Silva (Orgs.).
Ensaaios etnográficos na ilha de Santiago de Cabo Verde.
Processos identitários na contemporaneidade. Praia: Edições
Uni-CV. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. 277 pp.

Os artigos coligidos neste volume inaugural da série “Estudos Sociais Cabo-Verdianos” derivam de seis teses da primeira turma do mestrado interinstitucional em Ciências Sociais (2007-2009) entre a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estes ensaios revelam bem a amplitude temática a que uma nova geração de investigadores cabo-verdianos se dedica, sem precisar de se deslocar do seu próprio universo geográfico. Porém, e o alerta é feito de antemão, este enfoque micro não descarta o contexto que o enforma, antes percebe o local inserido na dinâmica regional, nacional e internacional. Ao longo dos vários artigos, percorremos assuntos como o turismo, a música, a imigração, o género, os rituais fúnebres ou as comunidades de *rabelados*, que se interligam através de um fio condutor que é a análise das questões locais e identitárias cabo-verdianas.

O primeiro ensaio desta colectânea, da autoria de Flávia Santos, intitula-se “Construção patrimonial da Cidade Velha: usos políticos, turísticos e identitários”. A Cidade Velha foi declarada património nacional em 1990, mas foi a sua elevação a património mundial pela UNESCO e concomitantes perspectivas de desenvolvimento turístico que marcou uma viragem no processo de patrimonialização deste local. O ensaio problematiza este processo a partir de uma reflexão sobre os usos e significados que diferentes agentes atribuem aos bens patrimoniais, interrogando-se sobre quem constrói o valor patrimonial de um lugar e quais as razões e interesses subjacentes às escolhas que se fazem na produção de discursos sobre o património. A autora perspectiva esta questão de vários ângulos, revelando-nos as diferentes vozes que se cruzam nesta empreitada, repleta de tensões, conflitos e negociações e marcada por relações de poder desiguais. Moradores, Estado ou promotores turísticos discorrem diferentemente sobre a Cidade Velha, evidenciando-se as diferentes opiniões que têm sobre a questão basilar que perpassa esta análise do processo de patrimonialização, a saber, a questão da memória e da identidade nacional.

O ensaio de Carmem Furtado tem como terreno o bairro Craveiro Lopes na cidade da Praia. A questão de partida é colocada logo no subtítulo: “bairro de músicos e músicos do bairro – a diferença que o bairro faz ou a diferença que a música faz?”. A autora procura compreender como o bairro se foi constituindo num universo social cujos membros, além da identidade de músicos, compartilham um sentimento de pertença a esse espaço territorial. Enquadrando histórica e politicamente a passagem de uma hegemonia da morna enquanto expressão musical cabo-verdiana para o despontar de outras manifestações musicais, como o batuque e o funaná – que só tiveram reconhecimento após a independência nacional e que tinham uma conotação revolucionária e africanista – a autora dá conta das várias transformações no panorama social e musical do país que acompanharam as estratégias de diferenciação e distinção dos moradores do bairro em relação a outras localidades. Os músicos do bairro assumem-se como protagonistas destas transformações musicais e sociais que encontram no *mundo artístico* o dispositivo da sua promoção, reafirmando assim a valorização e o reconhecimento do seu espaço de pertença. Um ponto que a autora não descarta é a operacionalização das redes de relações (familiares, de amizade e vizinhança) que são determinantes na forja destes processos.

Eufémia Rocha dirige o seu olhar analítico para os imigrantes da costa ocidental africana a residirem na Praia, denominados de *mandjakus* pelos cabo-verdianos. Ainda que *mandjaku* designe um grupo étnico da África Ocidental, na Praia, e em Cabo Verde em geral, esses estrangeiros são vistos como um grupo homogéneo. Todavia, têm proveniências étnicas e geográficas distintas e são portadores de diversas visões do mundo. Existe pois uma grande heterogeneidade no seio desta comunidade migrante. A autora tenta descortinar de que forma é que estes imigrantes percebem a sua racialização e para isso concentra a sua atenção num traço comum a todos eles, que é o tema chave que guia a análise: a emigração. A partir das trajetórias de vida de alguns destes migrantes, ficamos a saber que as suas razões e motivações para emigrar são várias e não se resumem a carências económicas – nalguns casos não passam sequer por elas. Os factores que desencadeiam a emigração podem ser antes o deslumbramento pela ideia de viajar e conhecer o mundo, dar continuidade à actividade comercial da família ou mesmo a autonomia relativamente a esta. Em muitos casos existe uma valorização do movimento e um sentimento de privilégio por emigrar que nada tem que ver com uma posição de marginalidade ou pobreza, que tantas vezes é tomada como a causa da mobilidade destes imigrantes *mandjakus*.

O ensaio de Carla Carvalho, intitulado “*Fornadja*, campo e casa: espaços em transformação”, foca o caso da comunidade rural da Ribeira de Principal, conhe-

cida como a ribeira das *fornadjas* (espaço de produção de grogue constituído por alambiques e trapiches – engenhos de moagem da cana-de-açúcar). Em tempos a *fornadja* era um espaço de produção masculino mas, à medida que os homens emigravam ou ingressavam noutras ocupações, as mulheres apropriavam-se das *fornadjas* e do trabalho agrícola. A autora levanta a hipótese de a emigração masculina afectar quer o espaço social público, quer o familiar, conduzindo a uma redefinição da posição da mulher nas relações de poder nestes contextos. Hoje, a mulher já não é uma mera ajudante do membro masculino, é produtora de grogue, dirigindo todo o processo produtivo. Esta alteração da ordem das coisas teve implicações nas relações entre homens e mulheres e na construção simbólica dos sujeitos sociais de Ribeira de Principal. Duas arenas de acção coexistem dialecticamente nestas reformulações identitárias: o espaço doméstico e privado da casa, por um lado, e o espaço colectivo e público do trabalho, por outro. Assiste-se a uma renegociação dos papéis sociais de género, o que não pressupõe um rompimento total com a estrutura de poder vigente. Há, é certo, uma maior flexibilidade, mas esta não ameaça a hegemonia masculina no foro doméstico. A *fornadja*, além de ser uma estratégia de aprovisionamento, é também uma forma de resistência das mulheres às concepções culturais e sociais que as confinavam ao espaço privado. Assim, a sua participação activa no espaço público viabiliza um *empowerment* da sua própria posição social.

“*Txoru* falado e *txoru* cantado: representações sociais da morte no espaço rural de Achada Falcão” é o mote de Maria Madalena Correia para a análise dos motivos e significados do choro, enquanto ritual da morte, no espaço rural de Santiago. O choro é uma prática sociocultural no ritual fúnebre, entoado por familiares, amigos e vizinhos, e podendo ter destinatários diferentes: o falecido, os antepassados ou os vivos. O pranto é predominantemente feminino e existem diferentes formas de chorar, que são avaliadas por terceiros, mas todas elas obedecem a um modelo que oscila entre momentos de pausa e momentos de choro intenso. As avaliações e os juízos que são feitos sobre as famílias e a intensidade das relações das carpideiras com o defunto dependem do sucesso performativo do seu pranto. O choro não é um mero pranto. As pessoas tecem no choro comentários improvisados do seu quotidiano e passam informações sobre o tipo de pessoa que era o falecido, regra geral abonatórias, e sobre o tipo de relacionamento interpessoal que tinham com ele. Através do choro mandam-se recados aos antepassados mas também aos vivos. O choro é também o cumprimento de uma obrigação social. Mas uma obrigação que tem as suas regras e os seus interditos rituais com um significado simbólico associado. O cariz performativo destes rituais demonstra bem como os estados emotivos são regulados por convenções sociais.

Maria de Lourdes Gonçalves apresenta-nos uma análise sobre a (re)formulação identitária das comunidades *rabeladas* de Santiago. Ser *rabelado*, na óptica do grupo, não significa ser revoltoso ou rebelde, como veiculam as visões exteriores, mas antes fazer parte dos *revelados*, os escolhidos de Cristo, cuja missão é revelar a palavra sagrada. Se na origem da sua formação, a resistência às missões evangelizadoras e sanitárias foi um marco identitário, hoje há uma permeabilidade maior à sociedade envolvente que põe em causa as anteriores resistência e marginalidade. A autora foca os recentes processos de transformação social e identitária que hoje decorrem nesta comunidade e propõe-se analisar as *portas* ou *pontes*, criadas ou impostas, que possibilitam aos membros do grupo participarem noutras arenas sociais, ampliando redes de ligações intra e extra comunidade. Nos termos em que a própria autora o coloca, este é um estudo das *margens* e das suas relações com o *centro*. Hoje, certas aberturas da parte dos *rabelados* (como novos hábitos de consumo e estilos de vida por parte dos jovens) e a actual intervenção de agentes externos (como o governo, através de políticas de saúde e educação) acarretam reconfigurações das relações sociais que os aproximam das estruturas institucionais. As alterações nos códigos tradicionais parecem, segundo a autora, ameaçar a reprodução social do grupo e a identidade de resistência que caracterizou outrora a comunidade *rabelada*. Mas importa notar que as identidades se modificam conforme as conjunturas históricas e políticas e que os *rabelados*, consoante os contextos, são exaltados ou marginalizados. Se durante muito tempo foram perseguidos, presos e deportados, agora o seu valor é defendido, por agentes externos e internos, apelando-se muitas vezes à sua preservação como património histórico e cultural. Assim, a categoria “rabelado” vem assumindo novos significados, o que demonstra bem a dinâmica e a fluidez que caracterizam os processos de formação identitária.

Este livro destaca-se pelo seu forte pendor etnográfico e tem o mérito de divulgar uma panóplia variada de investigações que se debruçam sobre questões centrais da antropologia. O seu carácter pioneiro no campo da etnografia cabo-verdiana revela o vigor e as potencialidades de um campo disciplinar que começa a florescer e a ganhar forma em Cabo Verde. Mas como é natural, há nestes processos de amadurecimento arestas a limar. Em alguns ensaios existe um excesso de citações etnográficas que por vezes satura o texto com informações redundantes. Noutros deparamo-nos com a repetição da mesma ideia em detrimento de uma maior problematização teórica ou da afinação de certos conceitos utilizados acriticamente. Ao nível da narrativa, por vezes o argumento é pouco explícito ou as citações utilizadas nada ilustram, o que se deve certamente aos cortes feitos nas teses de origem. E em certos casos a leitura não é fluida, quer porque a estru-

tura narrativa está fragmentada, quer por incorrecções de escrita ao nível gramatical. Uma revisão editorial mais cuidada teria sido útil, e teria evitado também algumas falhas de ordem formal: alguns títulos dos ensaios diferem do cabeçalho do artigo para o índice do livro e existem referências bibliográficas no curso do texto que depois não aparecem na bibliografia final.

Não obstante, no cômputo final, a publicação deste livro é uma iniciativa muito meritória, na medida em que traz à estampa o resultado do trabalho de uma nova geração de cientistas sociais cabo-verdianos que se vislumbra promissora.

Maria do Carmo Lorena Santos
Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa
carmodaun@gmail.com